

## I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

Em março de 1998, o Tesouro Nacional atingiu um resultado primário positivo de R\$ 2,6 bilhões, contra um superávit de R\$ 165,6 milhões em fevereiro, e de R\$ 1,8 bilhão em março de 1997. Com este desempenho, no primeiro trimestre do ano o superávit primário acumulado foi R\$ 3,3 bilhões (1,5% do PIB), contra R\$ 1,3 bilhão (0,6% do PIB) em igual período de 1997.

<b>NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)</b>						
<b>Em R\$ milhões</b>	<b>1997</b>		<b>1998</b>		<b>1997</b>	<b>1998</b>
	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>JAN-MAR</b>	<b>JAN-MAR</b>
<b>I - RECEITA TOTAL</b>	<b>8.360,0</b>	<b>9.847,8</b>	<b>9.725,1</b>	<b>14.401,7</b>	<b>27.062,3</b>	<b>35.902,5</b>
I.1. Administrada pela SRF	7.691,1	9.028,1	9.293,9	10.852,7	24.794,6	31.377,2
I.2. Restituições (-)	-75,3	-48,0	-81,3	-53,4	-155,6	-218,6
I.3. Diretamente Arrecadada	527,1	578,2	423,0	723,5	1.667,4	1.745,1
I.4. Demais	271,4	289,5	169,8	2.921,3	854,1	3.249,0
I.5. Incentivos Fiscais	-54,3	0,0	-80,3	-42,3	-98,1	-250,2
<b>II - DESPESA TOTAL</b>	<b>7.702,7</b>	<b>8.086,8</b>	<b>9.559,5</b>	<b>11.816,6</b>	<b>25.769,0</b>	<b>32.569,1</b>
<b>II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>1.825,2</b>	<b>1.682,9</b>	<b>1.999,2</b>	<b>2.677,6</b>	<b>5.902,5</b>	<b>7.336,4</b>
<b>II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL</b>	<b>5.768,1</b>	<b>6.228,1</b>	<b>7.371,3</b>	<b>8.997,9</b>	<b>19.408,6</b>	<b>24.699,2</b>
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.257,6	3.050,3	3.561,1	4.904,5	10.109,8	12.807,9
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	2.510,5	3.177,8	3.810,1	4.093,3	9.298,8	11.891,2
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	190,3	380,3	413,5	320,9	1.016,3	1.009,7
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	32,9	38,7	24,6	24,7	108,8	51,2
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	2.287,3	2.758,8	3.372,0	3.747,8	8.173,7	10.830,3
<b>II.3. SUBSÍDIOS</b>	<b>109,4</b>	<b>175,8</b>	<b>189,1</b>	<b>141,1</b>	<b>457,9</b>	<b>533,5</b>
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	109,4	175,8	126,6	66,9	457,9	357,7
II.3.2. Fundos Regionais	...	...	62,5	74,2	0,0	175,7
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>657,3</b>	<b>1.761,1</b>	<b>165,6</b>	<b>2.585,1</b>	<b>1.293,4</b>	<b>3.333,4</b>
<b>IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB</b>					<b>0,6%</b>	<b>1,5%</b>

(\*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.  
Dados Preliminares.

O resultado primário positivo do mês é fruto de uma arrecadação total de R\$ 14,4 bilhões e de uma despesa, medida pelo critério do pagamento efetivo (ótica de caixa), de R\$ 11,8 bilhões.

A receita total apresentou um crescimento nominal de 46,2% relativamente à verificada em março de 1997, sendo que a receita administrada pela SRF cresceu 20,2%. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: i) pagamento, no mês, do saldo relativo à Declaração de Ajuste do IRPJ, em cota única, enquanto que em 1997 foi facultado o pagamento em até quatro cotas; ii) arrecadação do IR relativa aos saldos acumulados até 31/12/97 em fundos de investimento de renda fixa (R\$ 177 milhões) e elevação da alíquota de 15% para 20%; iii) alteração da alíquota do IOF pessoa física de 6% para 15%, em maio/97 e incidência do IOF no resgate de aplicações financeiras antes do prazo de vencimento; iv) elevação da alíquota do IRRF - Rendimentos do Trabalho de 25% para 27,5%; e v) crescimento de quase 50% nas importações

tributadas (automóveis), influenciando a arrecadação do Imposto de Importação e do IPI vinculado à importação.

As receitas próprias da administração direta e indireta totalizaram R\$ 723,5 milhões, sendo R\$ 213,2 milhões referentes ao salário-educação. O acréscimo de R\$ 300,5 milhões, em relação a fevereiro, deveu-se ao registro de valores expressivos em cerca de vinte tipos de receita que respondem por 45,2% do total da receita diretamente arrecadada.

O crescimento das “demais receitas” deve-se ao valor das concessões de serviços de telecomunicações - Banda B da telefonia celular, da ordem de R\$ 2,5 bilhões, e do recolhimento atípico dos saldos de depósitos abandonados em contas correntes bancárias, de R\$ 300 milhões.

Portanto, com este desempenho no mês, a arrecadação total do Tesouro Nacional alcançou R\$ 35,9 bilhões, no primeiro trimestre do ano, crescendo nominalmente 32,7% em relação a igual período do ano passado.

Pelo lado da despesa, o crescimento total de 46,1% em relação ao mesmo mês do ano passado deriva dos seguintes fatores: i) pagamento, no mês, de 70% da folha salarial dos funcionários públicos referente a fevereiro e 100% referente a março, por conta da mudança na data de pagamento da remuneração, pela MP1.639-38/98 ; ii) crescimento de 59,1% das transferências a estados e municípios, sendo de 278,9% o aumento dos repasses por conta da Lei Complementar 87/96, em função da reformulação das regras de cálculo, e de 55,0% as transferências constitucionais e legais; e iii) aumento das demais despesas, em particular com Saúde (22,1%), Educação (15,5%) e LOAS (59,4%).

Em março, os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, através da equalização das operações oficiais de crédito somaram R\$ 66,9 milhões. Deste total, R\$ 25,2 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo federal - AGF, utilizadas para compra de milho, arroz, feijão, sisal e trigo e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques governamentais de produtos agrícolas, junto à Conab. Adicionalmente, foram vendidos R\$ 30,4 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma receita líquida no mês de R\$ 4,2 milhões.

Foram liberados, também, R\$ 20,7 milhões para o Custeio Agropecuário, R\$ 2,4 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 9,7 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Além destes, foram destinados R\$ 38,3 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a diversos exportadores.

## II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL: ABRIL/98

Em abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado manteve-se em 12,8% do PIB. As principais operações realizadas pelo Tesouro Nacional foram: i) junto ao FCVS e à CEF, que resultou em troca de dívida mobiliária por créditos securitizados; ii) junto ao BNDES, tendo por resultado a troca de haveres em OFND por ações; e iii) emissões novas de bônus da dívida externa em moeda ECU e de *Global Bonds*.

<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>			
<b>EM PODER DO MERCADO</b>			
<b>SALDOS EM R\$ MILHÕES</b>		<b>1998</b>	
	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>39.377</b>	<b>41.423</b>	<b>42.019</b>
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	160.417	164.293	161.182
I.2 - Dívida Contratual da STN	-75.676	-76.886	-72.337
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-45.364	-45.984	-46.826
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>70.462</b>	<b>71.119</b>	<b>71.200</b>
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	53.984	54.829	55.183
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-3.448	-3.493	-3.520
II.3 - Dívida Contratual	20.354	20.218	19.989
II.4 - Disponibilidades	-428	-436	-452
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>109.839</b>	<b>112.542</b>	<b>113.218</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB</b>	<b>12,5%</b>	<b>12,8%</b>	<b>12,8%</b>

(\*) Dados Preliminares.

A operação junto ao FCVS e à CEF refere-se à colocação de R\$ 3,5 bilhões de certificados de securitização (denominados CVSA) no Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, em contrapartida à transferência de R\$ 1,6 bilhão em LH-CEF no Ativo desse Fundo para o Tesouro Nacional. Observe-se que, embora as trocas tenham sido feitas em valor econômico equivalente, a diferença em valores nominais ocorrem devido aos diferentes fluxos e remunerações dos ativos em questão. Tal permuta possibilitou a troca posterior da totalidade de LH-CEF em poder do Tesouro Nacional por LFT que estavam na carteira da CEF, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

Essa operação levou a um aumento de R\$ 1 bilhão no valor da dívida bruta do Tesouro Nacional ( Dívida Mobiliária e Créditos Securitizados) e uma redução de R\$ 825 milhões em seus haveres.

O benefício dessa operação para o Tesouro Nacional está na melhoria na administração de sua dívida, tendo em vista que os créditos securitizados terão prazos mais longos. Da mesma forma, de posse das obrigações recebidas do Tesouro Nacional, o FCVS poderá saldar uma parcela maior de seus passivos contabilizados em favor de instituições financeiras credoras do Fundo.

Quanto à operação junto ao BNDES, seu principal objetivo é conferir maior liquidez ao Banco em sua função de financiador de investidores interessados em participar de processos de privatização. Pode ser discriminada em duas etapas:

- i) resgate pelo FND da totalidade das OFND recebidas pelo Tesouro Nacional em alienações no âmbito do PND, no valor de R\$ 1,8 bilhão. O pagamento foi efetuado em ações do Fundo, quais sejam: Telebrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás e BNB; e
- ii) troca de ativos entre o Tesouro Nacional e o BNDES. Foi colocado R\$ 1,1 bilhão em LFT junto ao BNDES e recebidos R\$ 687,6 milhões em créditos securitizados (sendo R\$ 196,4 milhões em debêntures da Siderbrás) e R\$ 549,0 milhões em recebíveis de Itaipu<sup>1</sup>.

Adicionalmente, a operação também inclui a troca de ações da Eletrobrás, no Ativo do BNDES, com ações da Telebrás de posse do Tesouro, dada a maior liquidez dessas últimas. O impacto dessa operação sobre a dívida líquida é de R\$ 1,7 bilhão, basicamente devido à redução do crédito do Tesouro junto ao sistema financeiro quando da troca das OFND por ações, que são ativos não computados na dívida líquida.

## II.1 - Dívida Interna

### II.1.1 - Dívida Mobiliária

O saldo da DPMF em poder do mercado reduziu-se em relação à março, de 18,6% do PIB para 18,2% do PIB, ou R\$ 161,2 bilhões. Essa queda deve-se ao resgate de LFT junto à CEF e a compra de LFT-A em mercado pelo Banco Central, o que fez com que o saldo em carteira daquela instituição subisse de R\$ 77,5 bilhões, em março, para R\$ 78,7 bilhões, em abril.

Houve resgate líquido de títulos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, valor correspondente à operação do Tesouro junto à CEF de troca de LH-CEF por LFT. Também foram pagos R\$ 28,5 bilhões em resgate do principal da dívida, sendo R\$ 1,9 bilhão referente ao resgate de NTN-H, e R\$ 2,8 bilhões em encargos. Foram emitidos R\$ 26,0 bilhões (valor financeiro) no período.

---

<sup>1</sup> Referem-se a créditos detidos pelo BNDES contra a Itaipu Binacional, relativos a diversos contratos de financiamento realizados entre 1993 e 1995.

**TESOURO NACIONAL-DPMF**  
**SALDOS EM R\$ MILHÕES**

	FEV	1998 MAR	ABR
<b>I. DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	235.579	241.804	239.851
<b>I.1 Dívida com Mercado</b>	160.417	164.293	161.182
I.1.01 LTN	69.770	76.108	76.271
I.1.02 LFT	15.619	15.962	14.872
I.1.03 LFT-A	780	793	0
I.1.04 LFT-B	12.911	13.045	13.264
I.1.05 NTN-A	6.056	4.733	4.783
I.1.06 NTN-D	22.220	22.174	22.310
I.1.07 NTN-H	4.308	2.123	0
I.1.08 Demais	28.753	29.355	29.682
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	75.163	77.511	78.670
I.2.01 LTN	23.929	24.233	23.950
I.2.02 NTN-D	118	120	86
I.2.03 LFT-A	46.306	46.922	48.342
I.2.04 Demais	4.810	6.236	6.291
<b>II Dívida MERCADO/PIB</b>	18,3%	18,6%	18,2%

Os principais fatos referentes à Dívida Pública Mobiliária Federal ocorridos em abril foram:

- i) Cancelamento de R\$ 2,5 bilhões em LFT que se encontravam junto à Caixa Econômica Federal, tendo em vista a sua troca por Letras Hipotecárias daquela instituição, das quais o Tesouro Nacional era credor;
- ii) Emissão especial de R\$ 1,1 bilhão em LFT junto ao BNDES, recebendo em contrapartida R\$ 687,6 milhões em créditos securitizados e R\$ 549 milhões em recebíveis de Itaipu;
- iii) Emissão especial de R\$ 140 milhões em LFT-B junto à CEF, em decorrência de assunção, pela União, da dívida de responsabilidade do Estado de Sergipe.

As emissões financeiras em mercado realizadas semanalmente, pelo Tesouro Nacional, tiveram as seguintes características:

**TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO**

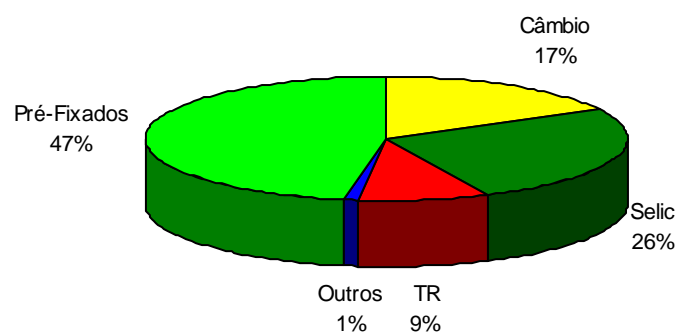
**Abril/98**

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/04/98	NTN-D	5 anos	19,46% + VC	362	500
	LTN	98 dc/ 65 du	23,55%	2.840	3.000
	LTN	175 dc/ 119 du	23,45%	905	1.000
	LTN	364 dc/ 248 du	23,75%	405	500
08/04/98	LTN	91 dc/ 60 du	23,99%	1.425	1.500
	LTN	182 dc/ 124 du	24,13%	898	1.000
	LTN	364 dc/ 247 du	24,79%	402	500
15/04/98	LTN	91 dc/ 62 du	22,93%	2.850	3.000
	LTN	182 dc/ 125 du	23,06%	901	1.000
	LTN	364 dc/ 248 du	24,39%	403	500
22/04/98	LTN	91 dc/ 63 du	23,28%	2.372	2.500
	LTN	182 dc/ 126 du	23,75%	1.347	1.500
	LTN	364 dc/ 249 du	24,89%	321	400
29/04/98	LTN	91 dc/ 63 du	24,15%	2.367	2.500
	LTN	182 dc/ 126 du	25,05%	1.340	1.500
	LTN	364 dc/ 248 du	26,36%	396	500
<b>TOTAL</b>				<b>19.534</b>	<b>21.400</b>

VC = Variação Cambial

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, era a seguinte:

**COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR**



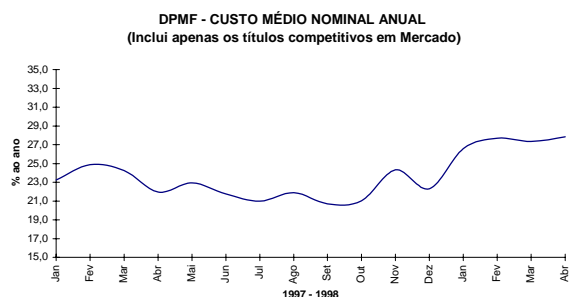
O custo médio nominal mensal dos títulos competitivos em mercado caiu, de 2,13%, em março, para 1,87%, no mês de abril/98. Entretanto, em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio passou de 27,34%, em março, para 27,84%, em abril.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio da dívida pública em mercado decresceu, atingindo 26,03% ao ano, no mês de abril, contra 26,56% ao ano, no mês de março.

O custo médio da DPMF em mercado foi 0,16 ponto percentual abaixo da variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional).

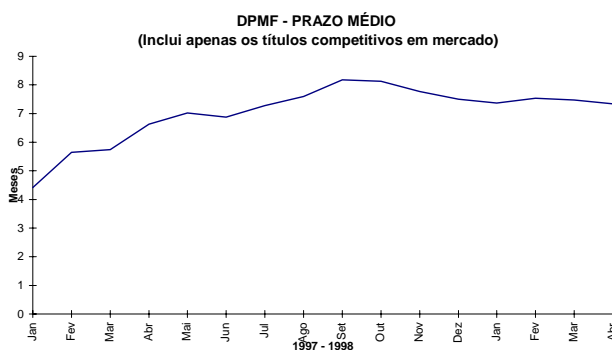
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP (1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84

(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, teve uma pequena queda, passando de 7,27 meses em março para 7,34 meses em abril.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34



## II.1.2 - Dívida Contratual

O saldo dos haveres líquidos contratuais internos totalizou R\$ 119,2 bilhões, no mês de abril, sendo 60,7% relativos à STN e 39,3% aos fundos, autarquias e fundações. Observa-se uma redução de R\$ 4,5 bilhões nos haveres líquidos do Tesouro e um crescimento de R\$ 752,0 milhões nas aplicações financeiras das demais entidades do Governo Federal.

<b>DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA</b> <b>SALDOS EM R\$ MILHÕES</b>	<b>1998</b>		
	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-121.039</b>	<b>-122.870</b>	<b>-119.163</b>
<b>Total da STN</b>	<b>-75.676</b>	<b>-76.886</b>	<b>-72.337</b>
Dívida Bancária	38.514	38.595	38.327
Crédito Securitizado	17.057	17.095	16.857
CVSA	...	...	3.523
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.662	3.667	3.661
Debêntures	1.044	1.047	858
LH-CEF	-814	-825	0
OFND	-1.776	-1.801	0
INSS	-6.453	-6.595	-6.708
Lei 7976/89	-8.794	-8.846	-8.874
Bônus Renegociação	-16.784	-17.122	-17.319
Lei 8.727/93	-39.143	-39.494	-39.228
Lei 9.496/97	-50.802	-51.311	-51.456
Outros Haveres	-11.386	-11.294	-11.978
<b>Total de Fundos, Autarquias e Fundações</b>	<b>-45.364</b>	<b>-45.984</b>	<b>-46.826</b>
Fat	-32.639	-33.140	-33.695
Demais Entidades	-12.725	-12.844	-13.131

Três fatores influenciaram a variação do estoque de haveres líquidos contratuais do Tesouro Nacional no mês de abril em relação a março: i) redução a zero dos estoques de Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal (LH-CEF) e Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) devido às permutas de LH por LFT e de OFND por ações de propriedade do FND; ii) emissão, no mês, de R\$ 3,5 bilhões de títulos referentes à securitização do FCVS, em contrapartida à transferência de LH-CEF do FCVS para o Tesouro Nacional, de acordo com o Art. 27 da MP 1635-21; e iii) redução do valor das debêntures Siderbrás, em operação com o BNDES de troca de ativos.

## II.2 - Dívida Externa

Em abril/98, o saldo da dívida mobiliária externa ficou em R\$ 55,2 bilhões, sendo 84,3%, composto por bônus de renegociação e, 15,7%, por bônus de captação. A dívida contratual externa do Tesouro Nacional fechou o mês com um saldo de R\$ 20,0 bilhões.

Foram emitidos R\$ 1,4 bilhão em Global Bond 2008 e R\$ 478 milhões em DM Bond 2008, ambos com prazo de vencimento de 10 anos. A primeira foi realizada no mercado de dólar americano e a outra no de marco alemão.

A emissão em dólar, efetuada no mercado de *global* em 07.04.98 e liderada pela Merrill Lynch, montou em US\$ 1,25 bilhão, com prazo de dez anos



(pagamento do principal tipo *bullet* - ao final do período), e cupom de 9,375% a.a. (pagamento semestral). Tal captação veio complementar a *yield curve* brasileira em dólar, que antes só contava com prazos de cinco e trinta anos. A maior parte dos títulos foi adquirida por fundos de investimentos (54,7%), administradores de portfólios (17,0%) e companhias de seguros (12,3%). Em termos geográficos, 79,9% do total foi vendido nos Estados Unidos, 13,6% na Europa e 6,5% na América Latina.

O bônus em DM, lançado no Euromercado em 23.04.98, teve como líderes os bancos ABN Amro Bank e Dresdner Bank, representando uma captação de DM 750 milhões, com prazo de dez anos (*bullet*) e cupom de 10% a.a. nos dois primeiros anos e 7% a.a. nos seguintes (pagamento anual). O título poderá ser redenominado em Euro assim que a moeda for assumida oficialmente na Europa, o que está previsto para ocorrer em janeiro de 1999.

Com relação à dívida contratual externa, sua redução deve-se a pagamentos referentes a amortizações e encargos efetuados no mês a organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais.

<b>DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREIRO NACIONAL (*)</b>			
<b>SALDOS EM R\$ MILHÕES</b>			
	<b>1998</b>	<b>1998</b>	<b>1998</b>
	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>
<b>1.DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>53.984</b>	<b>54.829</b>	<b>55.183</b>
<b>1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>46.021</b>	<b>46.306</b>	<b>46.525</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.018	1.024	1.030
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.639	5.674	5.709
Par Bond (PB)	4.881	4.911	4.941
Discount Bond (DB)	6.114	6.152	6.190
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.964	1.976	1.988
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.260	8.311	8.362
Debt Conversion Bond (DCB)	9.597	9.656	9.715
New Money Bond (NMB)	2.531	2.547	2.562
Eligible Interest (EI)	6.016	6.053	6.028
<b>1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>7.963</b>	<b>8.523</b>	<b>8.658</b>
Global Bond 2027	3.391	3.981	4.005
Demais	4.572	4.542	4.653
<b>2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.448</b>	<b>-3.493</b>	<b>-3.520</b>
<b>3.DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>20.354</b>	<b>20.218</b>	<b>19.989</b>
<b>4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-428</b>	<b>-436</b>	<b>-452</b>
<b>TOTAL</b>	<b>70.462</b>	<b>71.119</b>	<b>71.200</b>

(\*) Dados Preliminares

Em abril, foram gastos R\$ 1,4 bilhão com juros e outros encargos da dívida externa, sendo R\$ 41,1 milhões para Organismos Multilaterais, R\$ 15,3 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais e R\$ 1,3 bilhão para a

rolagem da dívida externa, sendo R\$ 10,8 milhões de Bônus Global 2008<sup>1</sup>, R\$ 14,3 milhões com o Bônus DM 2008<sup>2</sup>, R\$ 1.266,5 milhões com os *Bradys*<sup>3</sup> e R\$ 38,1 milhões com o Bônus Global 2001<sup>4</sup>.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Abr/98</b>
<b>Encargos da Dívida Externa</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>I Encargos Totais</b>	1.386.089
I.1. Organismos Multilaterais	41.146
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	15.261
I.3. Dívida Mobiliária Externa	1.329.682
I.3.1. Bônus Global 2008	10.843
I.3.2. Bônus DM 2008	14.263
I.3.3. Brady's	1.266.468
I.3.4. Bônus Global 2001	38.107

<sup>1</sup> Título de captação, emitido de acordo com a Resolução 51/97, do Senado Federal.

<sup>2</sup> Título de captação, emitido no euromercado de acordo com a Resolução 51/97, do Senado Federal.

<sup>3</sup> Títulos de 30 anos emitidos no contexto do Plano Brady. A garantia do principal consiste em títulos zero cupom do Tesouro dos EUA, ao passo que a garantia do pagamento de 12 parcelas de juros, em depósitos em moeda americana ou em investimentos de baixo risco (classificados AA ou superior) pelo governo brasileiro. O cronograma de entrega da garantia foi integralmente cumprido em 15/10/95.

<sup>4</sup> Título de captação, emitido de acordo com a Resolução 57/95, do Senado Federal.